

OPINIÃO

Oportunidades atuais de integração energética na América Latina

*Por Eduardo Nery**

A América Latina compreende o conjunto de países localizados abaixo do México, o qual é considerado vinculado à América do Norte (Nafta), até o chamado Cone Sul, incluindo o sistema insular do Caribe. Nesta região continental predominam os idiomas espanhol e português. No entanto, há cerca de 805 idiomas indígenas, utilizados com diferentes intensidades, em simultaneidade. Há também casos de idiomas de origens não românica, falados como resultado de processos de colonização, casos do inglês e neerlandês. Esta diversidade dificulta a fluência da comunicação, essencial à integração, que se realiza na linguagem, praticada nas relações e realizações conjuntas. Observa-se também grande heterogeneidade nos estágios e forte propensão a desenvolvimentos independentes dos países, para o que eles buscam, preferencialmente, conexões e alianças externas à Região. Resquícios de desavenças e conflitos da história passada estão presentes como situações mal resolvidas, que podem ser lembradas ou influir em questões atuais.

A América Latina conta com um número expressivo de instituições e agentes voltados e dedicados à promoção da sua integração, todavia com resultados tímidos ou periféricos.

Nos idos de outubro de 1889, em Washington, constituiu-se o primeiro sistema regional institucional do mundo, ao qual se atribuiu o nome União Internacional das Repúblicas Americanas, embrião do Sistema Interamericano que somente a partir de 1948, se estruturou como Organização dos Estado Americanos, OEA ou OAS, em Bogotá. Esta primeira instituição tem os objetivos de "desenvolvimento pacífico dos interesses comuns, sociais e culturais". Com 21 países como fundadores, recebeu a adesão de 14 outros em momentos subsequentes. Ainda no

âmbito político, em 1991, surgiu o Mercado Comum do Sul, Mercosul, constituído em Assunção, por quatro países Argentina, Brasil, Chile e Paraguai, aos quais se incorporou a Venezuela, posteriormente, na designação de membros plenos e, em seguida, os cinco países andinos da América do Sul, na condição de associados, complementando a sua formação atual, visando a transformação do território por elas compreendido, em zona de livre comércio.

Entre os organismos de integração figuram a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL, uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. Criada em 1984, ela reúne 28 países da região mais 11 países associados, com o objetivo de "incentivar a cooperação econômica entre os seus membros". Outro exemplo é a Organização Latino-americana de Energia, OLADE, fundada em 1973, com sede em Quito, a qual tem por objeto "contribuir para a integração, o desenvolvimento sustentável e a segurança energética da região". Esta organização, que congrega 26 países, incluindo o México e a Argélia, atua de acordo com o Convênio de Lima e as suas decisões passam por um conselho de ministros de energia ou equivalentes, dos países membros, formulando políticas (de Estados?), planos e estudos que atendam os seus objetivos. Há, ainda, a Comissão de Integração Energética Regional, CIER, com sede em Montevidéu, constituída em 1964. Esta conta com a participação de 236 empresas e instituições de energia, organizadas em 11 comitês nacionais, e tem por objetivo "promover e favorecer a integração do Setor Energético na região através da cooperação mútua entre seus associados".

Em nível lógico paralelo, comparecem os bancos multilaterais e de fomento regionais, em que se destacam o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, fundado em 1959, em Washington. Voltado para "projetos viáveis de desenvolvimento econômico", o BID conta com 48 países, sendo 26 mutuários e 22 não mutuários, e opera com financiamentos com participações inversamente proporcionais à dimensão econômica de cada solicitante. Em seguida, a CAF Banco de Desenvolvimento da América Latina foi constituída em 1970, com sede em Caracas, tendo 19 países associados, sendo 17 da região e Espanha e Portugal. Seu objetivo é "promover o desenvolvimento sustentável através de mobilização eficiente de recursos para a prestação de serviços financeiros, de alto valor agregado, para clientes dos setores público e privado dos países membros". Já o Banco Centro-americano de Integração Econômica, BCIE, se estabeleceu em 1965, tendo 5 países fundadores, 3 não fundadores e 6 extra regionais. A sede fica em Tegucigalpa e o banco tem como missão promover a integração e desenvolvimento econômico e social equilibrado da região centro-americana. A este grupo deve-se agregar, ainda, o BNDES, com porte equivalente ou maior, mas com uma atuação centrada no mercado brasileiro.

Observa-se que há uma redundância expressiva entre as organizações e os objetivos se definem com graus de abstração elevados. A produção de resultados, portanto, é regular, com raros dos grandes feitos da integração energética regional latino-americana tendo decorrido de iniciativas destas organizações. Os principais resultados derivam de entendimentos e acordos bilaterais entre países, o que, infelizmente, não produz contribuição para formar mercados setoriais regionais sustentáveis. Entre os casos notáveis se destacam: os empreendimentos hidroelétricos de rios de fronteira, como Salto Grande (Argentina - Uruguai), Itaipu (Brasil - Paraguai), Yaciretá (Argentina - Paraguai); os gasodutos Brasil - Bolívia, Bolívia - Argentina, e Argentina – Chile; os sistemas de

transmissão que conectam a América Central continental (ainda faltando as extremidades Paraguai - Colômbia e México - Guatemala), Brasil - Uruguai, Brasil - Argentina, e Colômbia - Equador; as interligações radiais Venezuela - Brasil, Peru - Bolívia, Bolívia – Chile; e o parque eólico Artilleros (Uruguai - Brasil), entre outros.

Um fato relevante a se ter em conta nessa integração regional é o da escolha da frequência pelos países latino-americanos. Diante da existência de uma multiplicidade utilizada até então, a parte norte da América do Sul e Central padronizou a frequência de 60 Hz (inclusive o Brasil, em 1964), enquanto a parte sul optou pelo 50 Hz. Esta diferença persiste e requer que as interligações elétricas entre os dois grupos utilizem, sistematicamente, sistemas de conversão de frequência para as conexões.

Uma constatação da situação descrita é a de que todas estas instituições se constituíram por iniciativas ou com o apoio de estados, que atuavam fortemente como agentes econômicos em sistemas fechados. Seus representantes se faziam ou fazem presentes em todas elas, direta ou indiretamente (por meio de empresas estatais) e ambos sustentavam tais organizações. Com o evoluir do tempo, os sistemas passaram a abertos e parcela expressiva de empresas deixou de ser estatais, os mercados se internacionalizam, enquanto os estados reduzem a sua participação no sistema econômico. Nesta nova contextualização, as contribuições para a manutenção das instituições citadas começaram a enfrentar restrições e descontinuidades, com questionamentos a respeito da sua relação benefício-custo e efetividade. Com a composição que possuem, nenhuma delas é verdadeiramente uma supranacional de terceiro setor nem possui a visão imprescindível dos negócios e do giro que os mantêm.

A produção de energia se caracteriza pela capitalização intensiva, prazos de maturação e retorno longos, serviços públicos e margens sustentáveis, que somente subsistem com estabilidade e persistência de regras. Integração regional representa composição de riscos que se assumem em operações de mercado (bolsas) ou tratados.

A integração energética regional e inter-regional cria uma rede de interdependências que otimiza o sistema socioeconômico ambiental, transfere/compartilha benefícios e responsabilidades, elevando os graus de inclusão, capacitação e equanimidade. Além disso, propicia o aumento do número de ações de convivência recíproca e decisões pactuadas, enquanto reduz os níveis de conflito e estresse entre países e agentes. Para a sua sustentação, mercados setoriais regionais de informação, fontes energéticas, energia elétrica, efetividade, redução de emissões (créditos de carbono) e outros devem ser constituídos, o que não aconteceu até o momento na América Latina. Na atualidade, o maior percentual de importações provém de países externos à região, em especial fontes de energia disponíveis internamente (em produção ou reservas) ao invés de priorizar os mercados regionais.

Dessa maneira, existe um largo espectro de oportunidades e valor agregado que podem contribuir decisivamente para melhorar as posições das balanças de pagamentos e a geração de renda e postos de trabalho dos países membros. A primeira iniciativa seria a integração por meio da inteligência, com o resgate do networking e da capacitação em larga escala, ações que podem alimentar as plataformas inteligentes de informação e conhecimento de uso comum. Para estas atividades, a atuação das instituições de integração revela-se essencial, sob atitudes de neutralidade e prote-

ção da segurança. A segunda medida centra-se na integração energética, devendo ser desenvolvida em um contexto sustentável e multidisciplinar dos energéticos e do uso múltiplo da água e das fontes renováveis disponíveis, com a criação de sistemas de armazenamento, a preocupação com o clima e emissões de gases de efeito estufa. Deve-se levar em conta as complementaridades internas e entre hemisférios, a partir de plataformas de efetividade energética e dos parques produtivos industriais e comerciais nacionais, o que leva ao desenvolvimento da terceira integração, qual seja a logística. Esta abrange desde sistemas de transmissão, hidrovias, polidutos (*pipelines*), estações de compressão e descompressão, e, como exemplo inovador, as eletrovias ou rodovias eletrificadas, em construção, que formarão o sistema de mobilidade elétrico latino-americano. A quarta integração, indispensável, que se impõe é a das regulações (ARIAE) e normalizações, no sentido de constituir o ambiente comum necessário às integrações sobre plataformas de regulação entre países que dialoguem, estáveis e congruentes. A quinta integração a ser reescrita engloba os sistemas abertos digitais, a distribuição de decisões, sistemas e internet das coisas, a economia compartilhada com baixo carbono e regenerativa. No que diz respeito às governanças, devem passar a ser orientadas para o atendimento efetivo de prioridades que formem equilíbrios, mercados setoriais, eventualmente, mercados integrados, políticas de Estado em substituição às de governos, com segurança cibernética, frutos de visões de longo prazo com perspectivas atuais.

Para que tudo isto faça sentido e produza significados, devemos ter projetos e programas permeando populações e comunidades latino-americanas, que têm que se movimentar, arguir e ousar com propostas estruturadas que criem, de fato, as transformações necessárias.

Eduardo Nery é graduado em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais, especialização em engenharia nuclear, Instituto de Pesquisa Radioativa, IPR (hoje CNEN), pós-graduado em Engenharia Econômica pelo INEA, especialização em Engenharia de Sistemas de Potência pela Penn State University e Westinghouse Corporation, USA, Ontario Hydro, Toronto, e Electricité de France, Paris, atividades especializadas intensas em planejamento territorial urbano e regional, entre outras graduações e especializações. Ocupa o cargo de CEO da Energy Choice Consultoria e Negócios desde1996, e atualmente, está como Gestor de Portafolio y Segmentos da CIER, Uruguai.

* Este texto é de inteira responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a linha programática e ideológica da FGV.